

ESTRUTURA FUNDIÁRIA E SEUS EFEITOS NO MUNICÍPIO DE OURINHOS – SP

Carlos Henrique da Silva - Unesp/Ourinhos
carloshensilva@ig.com.br

OBJETIVOS:

Compreender e apresentar o quanto à concentração fundiária é empecilho ao satisfatório desenvolvimento sócio-espacial do Brasil. Sendo assim, analisar e propor um direcionamento maior à agricultura familiar – que se mostra como meio de promoção social, amenizador de desequilíbrios espaciais e demográficos, entre outros aspectos.

Analisar os efeitos provocados por grandes estabelecimentos como a agroindústria Usina São Luiz S/A (localizada no município de Ourinhos-SP), em relação às pequenas e médias propriedades da localidade. Verificar se - com o passar dos anos - houve a “expulsão” de pequenos e médios produtores agropecuários, tendo assim, suas terras englobadas pelos grandes proprietários.

METODOLOGIA:

Os questionamentos aqui formulados terão como embasamento para respostas, dados vindos de (ex) proprietários locais, de agricultores familiares presentes na área, de feirantes, da própria usina, entre outras fontes. As informações foram adquiridas através de respostas a questionários em entrevistas e também através de dados buscados em institutos e órgãos como NERA, ITESP, CATI, INCRA, IBGE – onde foram analisados e interpretados mapas, e a comparação entre o Censo Agropecuário de São Paulo de 1.985 com números relativos à contemporaneidade.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

Nosso referencial teórico está embasado em autores que tratam das formas de permanência da pequena produção mercantil e sua subordinação ao capital.

Buscamos um embasamento teórico que consiga mostrar-nos a chance, de nesta sociedade capitalista “avançada”, a possibilidade de existência satisfatória aos camponeses. Isso porque esse modo-de-produção hegemônico é pensado por um grupo bastante significativo de autores, como Karl Kautsky, Vladimir I. Lênin, Caio Prado Júnior, entre outros, como sendo composta por apenas duas classes sociais: a burguesia (os capitalistas) e o proletariado (os trabalhadores assalariados). Assim, para eles, na sociedade capitalista avançada não há lugar histórico para os camponeses no futuro. Por outro lado é dito por Karl Marx em *O Capital* :

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários de terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista. Sendo assim, que exista o equilíbrio, que seja realizada uma reforma agrária que tenha como objetivos a necessidade de haver uma partilha justa e adequada do campo , já que a propriedade deste é altamente concentrada no Brasil, e com isto, que ocorra o suporte estatal necessário aos produtores de pequeno porte, já que nesta categoria é que realmente está o uso realmente produtivo do solo brasileiro, ou seja, trabalhamos também com a análise da concentração da terra no território brasileiro, discutindo os aspectos negativos dessa estrutura fundiária, que possui características ainda presentes desde tempos coloniais.

A produção capitalista no campo assume várias especificidades, podendo utilizar-se de mão-de-obra familiar, ou seja, ocorre produção capitalista através de relações não- capitalistas-de-produção. Então, também nos utilizamos deste paradigma para visualizar e analisar esta realidade.

RESULTADOS:

Verificamos que a cana-de-açúcar ocupa cada vez mais terras no município de Ourinhos (atualmente esta cultura abrange algo muito próximo a um terço do território municipal), passando de 8.200 hectares em 1.985 a 10.000 hectares (Censo IBGE 2.002). Este aumento não se deu somente neste município, e sim também em outros que compõem a Microrregião de governo de Ourinhos (Bernardinho de Campos, Chavantes, Fartura, Ipaussu, Manduri, Óleo, Ourinhos, Piraju, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Sarutaia, Taguari, Tejupá, Timburi e Canitar). VIDE FIGURA 1

Os proprietários da Usina São Luiz (família Quagliato), por exemplo, detêm 30000 hectares só na Microrregião de Ourinhos (este total de área ultrapassa a extensão correspondente ao município de Ourinhos, por exemplo), ocupados predominantemente por cana-de-açúcar e pasto (25000 hectares estão ocupados pela cultura da cana-de-açúcar), cultivados por esta empresa em seis municípios dos dezessete que compõem a Microrregião (Santa Cruz do Rio Pardo, Chavantes, Canitar, Ipaussu, Ourinhos e São Pedro do Turvo).

A mecanização mostra-se significativamente presente. Só a usina tratada aqui já possui 8 máquinas destinadas ao corte da cana-de-açúcar, onde cada uma ocupa o lugar de 85 trabalhadores destinados ao corte (“bóias-frias”).

No município tratado há 348 unidades de produção agropecuária (UPAS). Segundo a CATI (**colocar o significado**) é classificado como sendo uma UPA pequena as que têm até 50 hectares; como sendo média as que possuem até 200 hectares, sendo as grandes propriedades as que agreguem extensão superior a isto.

Em Ourinhos, 60 a 65% das UPAS são médias (CATI 2005), porém esses produtores, juntamente com os pequenos reclamam e mostram os problemas enfrentados desde a aquisição de empréstimos, passando pelo momento de cultivo, chegando à colheita, até o momento da comercialização. Principalmente os pequenos proprietários, que produzem pautados na policultura (mandioca, feijão, leite, etc) destinada ao autoconsumo, comercializando o excedente, argumentam sobre a dificuldade de se ter acesso ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), sendo difícil a conquista de empréstimos viáveis. Um grande empecilho apontado também é o enfrentado no momento da comercialização, pois ficam altamente dependentes, subjugados aos atravessadores, que revenderão a colheita.

Com isto, o rendimento captado pelo produtor torna-se consideravelmente reduzido. Há os agricultores familiares que destinam a produção a grandes agroindústrias, sendo assim, produzem com base na estipulação dada pela empresa, desde o padrão de qualidade do manejo, do cultivo, até o preço que será pago pela produção. Este é um exemplo bastante claro, onde se efetua uma produção capitalista de relações-não-capitalistas de produção no campo, tão ressaltada na literatura de José de Souza Martins. Nesta, o capitalista fica livre do custo que teria com a remuneração da força-de-trabalho necessária a determinado montante de produto, se apropriando da mais-valia, extraída dos integrantes da família.

Já nas médias propriedades é produzido – por exemplo – tomate, laranja, que terminam indo para grandes atacadistas, para feirantes e outros comerciantes da proximidade. Estes proprietários

também apontam dificuldades, principalmente quando o assunto é financiamento. Apontam as grandes facilidades e benefícios dos quais os donos de grandes propriedades gozam.

Há também, casos em que pequenos e médios proprietários terminaram por arrendar suas terras aos grandes usineiros, (da empresa tratada aqui, 85% das terras são próprias e 15% arrendadas) alegando que teriam remuneração menor se produzissem diretamente.

Analisando os Censos Agropecuários, dados disponíveis na CATI, e relatos prestados por moradores que vivem a considerável tempo na área tratada aqui, conclui-se que em décadas passadas houve a compra e – conseqüentemente – a anexação de propriedades menores às grandes propriedades, em específico, às terras da agroindústria abordada, atualmente está meio que estabilizada esta tendência. Mas é fato, os proprietários (principalmente os de pequenas propriedades) atuam com consideráveis restrições (apontadas anteriormente), é freqüente a existência de membros da família que são proletários, como meio de complementar a renda familiar. Tentam permanecer. Alguns pequenos e médios proprietários que venderam suas terras terminaram indo para áreas de fronteira agrícola.

Algo que também merece ser ressaltado é o fato de que nesta região analisada aqui, estão presentes proprietários, latifundiários, que formam verdadeiras oligarquias, malélicas ao país. Estas utilizam mão-de-obra em regime escravo em outras regiões do território nacional, principalmente em unidades federativas do centro-norte brasileiro, como denunciado, por exemplo, em 2001 pela OIT (Organização Internacional do Trabalho). Este fato esdrúxulo e a identificação de algumas dessas empresas são expostos – também – pelo sociólogo José de Souza Martins em sua obra *A degradação do outro nos confins do humano*.

CONCLUSÃO:

Conclui-se que é de extrema importância, significância e urgência que sejam elaboradas políticas aplicáveis voltadas à minimização da propriedade da terra por uma ínfima minoria. Há a necessidade de se “ver com bons olhos” as pequenas e médias glebas de terra, pois já está mais que explícito e confirmado o fato de ser nestas – e principalmente nas pequenas – que ocorre a produção de alimentos que compõem a gama diversa da qual o Homem necessita como fonte de nutrientes adequados, e também são nestas propriedades em que a terra é realmente utilizada. Como é mostrado – por exemplo – em *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*.

Por mais que as culturas produzidas por grandes e pequenos produtores sejam diferentes, não ocorrendo assim, uma concorrência desleal direta, há a problemática da concentração de terra, algo que demonstra a quantidade de problemas acarretados, de controle territorial, de defesa dogmática de privilégios. Estes “senhores da terra” praticam uma realidade com características feudais, pois são donos (às vezes até por meio ilegal, por grilagem) de enormes “pedaços” do território nacional; desrespeitam as leis da União, fazendo seus próprios conjuntos de regras; põe o indivíduo como vassalo, como subordinado, sem livre arbítrio, violam os mais simples direitos cabíveis a qualquer ser vivo racional, escravizam-no.

Por outro lado, o agricultor familiar encontra-se cada vez mais vulnerável à dinâmica do modo-de-produção capitalista, que estabelece regras e adaptações de modo hegemônico, e não propicia meios racionais de se conseguir merecidos êxitos. Isto fica ainda mais acirrado em um Estado latino americano como é o caso do Brasil, que se retira do patamar de país regulador das questões de mercado.

Estes desequilíbrios setoriais, regionais, produtos de uma regionalização mal feita ou pela falta desta apoiada em políticas adequadas, tem como produto – por exemplo – a aceleração do número de pessoas que foram desapropriadas e viram no meio urbano um meio de tentar possibilidades de vida mínima necessária, ou foram proletarizadas, e hoje estão expostas ao subemprego ou até ao desemprego, já que a mecanização está fortemente presente no campo.

É resultado também dessas políticas de privilégios o intenso número de brasileiros inseridos nos movimentos de cunho social ligados ao campo, à questão agrária. Expostos aos tenebrosos conflitos pautados na questão do acesso à terra de modo digno e de direito.

Medidas significantes fazem-se necessárias há tempo.

BIBLIOGRAFIA

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo** capitalista de produção e agricultura. IV edição.

São Paulo: Ática, 1.995.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros** e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec, 1.984.

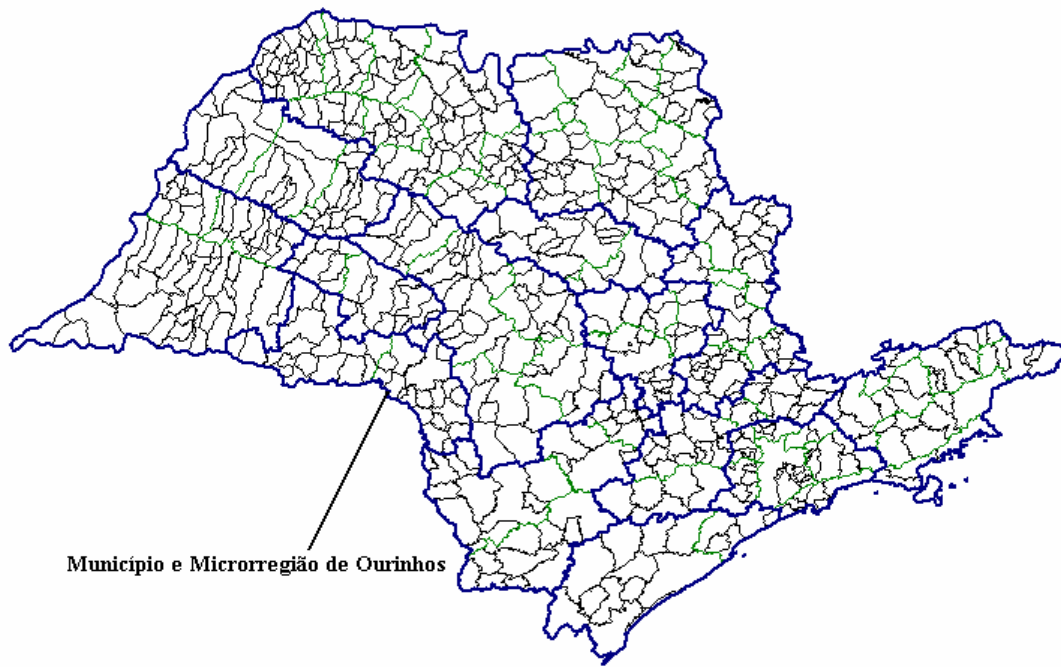
MARTINS, José de Souza. **O Cativo** da Terra. II edição. São Paulo: LECH, 1.981.

GEOGRAFIA, Movimentos sociais e teoria, TERRA LIVRE, Vol. 19, ISSN 0102-8030, jul/dez. 2004.

Ano 18.

GEOGRAFIA, Revista do departamento de geociências, Londrina, Vol. 09, nº. 02 IISN 0102-3888, jul/dez 2000.

SÃO PAULO
Mesorregiões, Microrregiões e Municípios
2001



-  Mesorregião
-  Microrregião
-  Município